



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,  
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL*

DATA: 09/03/2008

PONTO SORTEADO Nº 05

**DIREITO PENAL**

**01ª questão – valor: 40 pontos**

Tertuliano, após ter matado sua primeira mulher e escapado de uma punição mais severa, casa-se novamente, desta feita com Martifinéia, portadora de grave doença mental, com quem se muda para a cobertura de um prédio de dez andares, situado na rua das Hortênsias, nº 24, centro da cidade de Sucupira.

Numa noite de lua cheia, Tertuliano convence sua esposa a saltar do referido prédio, segurando uma raquete de tênis em cada mão e com várias penas de pavão presas às costas, dizendo para ela que, deste modo, conseguiria voar.

Tertuliano queria a morte de Martifinéia com o objetivo de herdar seus bens, já que se tratava de uma mulher muito rica.

O fato ocorreu no dia 1º de abril de 2007, à meia-noite.

Martifinéia salta da cobertura e, obviamente, é projetada em parafuso até o chão, onde cai morta.

A Autoridade Policial da circunscrição respectiva instaura inquérito e o manda concluído e relatado para você, que é o Promotor com atribuição para apreciá-lo. Todas as peças técnicas constam dos autos e foram ouvidas as únicas testemunhas do fato, Ananias Simprocêncio e Neemias Simprocêncio, primos de Martifinéia, que confirmaram toda a história.

Diante disto:

- 1) Tertuliano cometeu algum crime? Qual e por quê?
- 2) Redija a peça que você ofereceria em face dele. Atenção: cuidado para não assiná-la!

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,  
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL*

DATA: 09/03/2008

PONTO SORTEADO Nº 05

**DIREITO PENAL**

**02ª questão – valor: 30 pontos**

Tocante às medidas de segurança previstas do Código Penal, existe compatibilidade entre o art. 97, § 1º, do referido Código, que não estabelece prazo máximo para sua duração, e o art. 5º, XLVII, “b”, da Constituição Federal, que veda a existência de penas de caráter perpétuo?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**03ª questão – valor: 30 pontos**

É possível reconhecer a continuidade delitiva entre os crimes de estupro e atentado violento ao pudor?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**BOA SORTE!**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,  
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL*

DATA: 09/03/2008

PONTO SORTEADO Nº 05

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

01ª questão – valor: 60 pontos

Em relação ao tema prova oral, responda às seguintes indagações:

- a) Pode o advogado do réu acusado por crime de furto, invocando a disposição do art. 202 do CPP, arrolar como testemunha o autor da receptação do bem subtraído, já condenado em primeiro grau? Caso possível, está correto o fundamento? Em caso negativo, que providência pode tomar o promotor? (20 pontos)
- b) Uma das testemunhas arroladas pelo Ministério Público, na hora de depor, invoca em seu favor a garantia prevista no art. 5º, LXIII, da CF. Pode ser aceita essa escusa ? (20 pontos)
- c) Se o ofendido não for arrolado na denúncia, poderá o Promotor, ainda assim, pleitear a sua oitiva, mesmo havendo oposição da defesa? (20 pontos)

RESPOSTAS JUSTIFICADAS.

**02ª questão – valor: 40 pontos**

Belmiro respondia a procedimento disciplinar administrativo por ter, como funcionário público, fraudado licitação. Concomitantemente, o Ministério Público Estadual, através da 1º Promotoria de Investigação Penal, iniciou investigação para apurar crime em tese. O advogado de Belmiro interpôs Mandado de Segurança, através do qual, além de pedir a realização de diligência que tinha sido indeferida no inquérito administrativo, pediu o trancamento da investigação criminal sob a alegação de que o Ministério Público não poderia investigar. O Juiz da Vara de Fazenda Pública, concedendo a segurança, deferiu a realização da diligência e determinou o trancamento da investigação criminal. O promotor da Vara de Fazenda Pública, ao tomar ciência da sentença, não recorreu, tendo a mesma transitado em julgado. O promotor de investigação penal foi notificado da determinação de trancamento da investigação. Analise a hipótese e aponte eventual solução jurídica.

RESPOSTA JUSTIFICADA.

**BOA SORTE!**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL  
DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

*PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,  
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL*

DATA: 09/03/2008

PONTO SORTEADO Nº 05

**DIREITO ELEITORAL**

**01ª questão – valor: 60 pontos**

Quais os efeitos da sentença que julgar procedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral com fundamento no abuso de poder econômico proferida antes das eleições, após as eleições, porém antes da diplomação e, quando prolatada depois da diplomação?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**02ª questão – valor: 40 pontos**

Um candidato a vereador reunido em assembléia com fiéis e pastores representantes de uma igreja evangélica, empolgado com os apelos da platéia acaba por prometer, acaso eleito, obter financiamento para a construção de casas populares destinadas exclusivamente para os fiéis da igreja. Pergunta-se:

- a) Essa prática configura captação ilícita de sufrágio?
- b) Em caso afirmativo, qual a providência que você ajuizaria como Promotor Eleitoral?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**BOA SORTE!**